Globethics Repository



Capitalização, estetização, realização [Capitalization, aesthetical, achievement]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Junges, Márcia
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-17 18:05:20
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/158441

Capitalização, estetização, realização. Corporalidades e a modelagem de si

Para a cientista social Flavia Costa, os corpos são campos de ação de onde as modelagens das corporalidades já podem ser construídas em nível genético

Por Márcia Junges e Andriolli Costa / Tradução: Benno Dischinger

Pesquisadora da relação entre biopolítica e biotecnologia, Flavia Costa se debruça sobre a questão das corporalidades – ou seja, a vivência do corpo associada aos "aspectos biológicos e aparencial-performáticos". Assim, diferentemente do que no passado, quando características biológicas eram fatalidades do destino – "à qual casualmente podiam ajustar com ortopedias e enfeites externos" –, hoje, impulsionado pelos discursos midiáticos e tecnocientíficos, os corpos são um campo de ação, "no qual é possível e desejável intervir 'a partir de dentro' para corrigir suas falhas, antecipar seus potenciais acidentes e preveni-los".

Nesta entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line,** a pesquisadora reflete sobre o modo como biotecnologias tais como os diagnósticos moleculares, os psicofármacos, as técnicas de diagnóstico genético pré-natal e o uso médico de células-tronco fazem parte de um panorama maior – junto aos transplantes de órgãos – que abrem o corpo de um indivíduo para outros corpos.

Essas corporalidades, a partir de uma "modelagem de si", são definidas a partir de pressões em diversas instâncias: da capitalização, da estetização e espetacularização ou da realização individual. Estas "implicam uma moralização da relação consigo mesmo: nós nos subjetivamos enquanto sujeitos morais, na medida em que atuamos em relação com essas três demandas", relata.

Flavia Costa é doutora em Ciências Sociais pela *Universidad de Buenos Aires* (UBA). Professora e pesquisadora da Faculdade de Ciências Sociais da UBA e do *Instituto de Altos Estudios Sociales* (IDAES) da *Universidad Nacional de General San Martín* (UNSAM). Costa é editora da revista eletrônica *Papeles de trabajo* e é uma das tradutoras para o espanhol dos livros de Giorgio Agamben.

A professora apresenta a conferência *Corporeidade e biotecnologias,* no dia 22-10-2014, às 16h30min, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, na Unisinos**.** O evento integra a programação *do XIV Simpósio Internacional IHU – Revoluções Tecnocientíficas, Culturas, Indivíduos e Sociedades. A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea.*

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são os principais nexos entre as biotecnologias e a corporalidade em nosso tempo?

Flavia Costa – Se entendermos por corporalidade a relação reflexiva que mantemos com nosso próprio corpo, isto é, uma vivência do corpo associada a dois aspectos: o biológico e o aparencial-performático, as biotecnologias aparecem facilitando e até promovendo um modo de interpelarmos, enquanto corpos que potencialmente estão em condições de ser corrigidos, transformados, otimizados e inclusive programados através de uma invenção tecnológica intensiva. Diversamente do que ocorria antigamente, quando a dotação biológica aparecia como um destino, uma fatalidade para as pessoas, à qual casualmente podiam ajustar com ortopedias e enfeites externos, a percepção atual – nem sempre realista quanto às possibilidades concretas, mas impulsionada como horizonte pelos discursos midiáticos e tecnocientíficos, é que os corpos são um campo de ação no qual

é possível e desejável intervir "a partir de dentro" para corrigir suas falhas, antecipar seus potenciais acidentes e preveni-los.

Neste plano, biotecnologias como os diagnósticos moleculares, a nova geração de psicofármacos, as técnicas de diagnóstico genético pré-natal, o uso médico de células-tronco, a obtenção de organismos para produzir antibióticos ou as terapias regenerativas participam de um conjunto maior integrado também por procedimentos que se dirigem ao corpo e o abrem a outros corpos, como o transplante de órgãos, ou com "o outro" do corpo, isto é, com materiais artificiais como as próteses, passando pelas cirurgias reparadoras e plásticas que permitem mudanças morfoanatômicas e estéticas buscadas e de amplo alento. Este conjunto maior abrange todas aquelas operações tecnológicas realizadas pelos indivíduos e orientadas a transformar os aspectos biológicos para conhecer e moldar um "si mesmo". E se inscreve num marco de *tecnificação da vida* que inclui muitos outros aspectos, como o crescimento exponencial dos parques tecnológicos, a automatização dos processos produtivos, a *massmedialização* das relações sociais, o desenvolvimento de dispositivos de produção e transmissão de informações.

IHU On-Line – Em que medida essas biotecnologias impactam, também, nas subjetividades?

Flavia Costa – Neste sentido em que estamos falando, as biotecnologias aparecem facilitando uma concepção de nós mesmos como o que o sociólogo britânico Nikolas Rose[1] denomina "indivíduos somáticos", isto é, indivíduos para os quais o corpo biológico aparece como sede parcial, porém cada vez mais significativa da subjetividade. Durante boa parte dos séculos XIX e XX os seres humanos das sociedades ocidentais se compreendiam a si mesmos como seres habitados por uma interioridade psicológica profunda. Eles se viam como *homo psychologicus* e organizavam, portanto, sua experiência vital em torno de um eixo situado em sua interioridade, na qual deviam buscar cavoucar para encontrar uma verdade íntima e relativamente obscura. Porém, ao longo das últimas décadas, essa figura começou a ser deslocada e substituída por um ser inquieto por eventuais falhas genéticas, distúrbios neuroquímicos, inadequações estéticas. Em definitivo, "erros de programa" ou de "codificação", cujo remédio já não está no recurso introspectivo, senão na ação consciente e responsável sobre seu corpo, seus neurônios, seus genes, que se converte deste modo no objetivo principal do trabalho ético. Estamos imersos numa rede de discursos políticos, científicos e midiáticos de promoção da saúde e de busca do bem-estar físico e psicológico na base de uma ação sobre o corporal, seja a partir de um ramalhete de práticas tradicionais cuidadosamente ajustadas pela linguagem biomédica, como a nutrição adequada e o exercício físico, seja a partir de novos produtos, como os psicofármacos mais recentes que – como diz Rose – curiosamente começaram a encarnar a promessa de que podem fazer com que as pessoas afligidas pelos transtornos como a insônia, a ansiedade ou a depressão voltem a ser "elas mesmas".

Hoje as ciências do cérebro e do comportamento estabelecem correspondências cada vez mais estreitas entre os problemas, atuais ou potenciais, das pessoas e sua complexão biológica ou seu cérebro, seus genes, seus neurônios, seus neurotransmissores. Começam, assim, a solaparem-se as dimensões da subjetividade e a corporalidade, a tal ponto que – em alguns contextos – o estado geral do corpo deixou de identificar-se como efeito ou sintoma de estados emocionais ou psicológicos num nível "mais profundo", para começar a identificar-se, em troca, com sua causa ou seu motivo. Isto é muito evidente, por exemplo, nos discursos que promovem que uma mudança de imagem externa, desde uma cirurgia estética até uma renovação do look, produzirá uma imediata melhora na "autoestima". Mas também nos discursos que tendem a multiplicar as "desordens mentais" até incluir a timidez ou o "transtorno infantil de oposição desafiante" entre as dores difusas que se podem tratar com medicamentos. Assim, as pessoas começam a ver o seu corpo como um âmbito de intervenção e forjam em torno dele uma nova moral referida ao cuidado de si que, em nome da maximização e potenciação da vida, da "qualidade de vida", deve realizar-se inclusive de forma antecipada e preventiva, ainda antes de se desencadear um problema específico. Se expande a figura do portador assintomático, cujo exemplo mais conhecido é o da atriz Angelina Jolie, que em 2013 decidiu, depois de feitas as correspondentes provas de diagnóstico molecular e genético, submeter-se a uma dupla mastectomia, ao saber que teria altas possibilidades de desenvolver tumores.

IHU On-Line – Quais são hoje os principais objetivos desta "moldagem de si mesmo"?

Flavia Costa – Nas sociedades atuais, marcadas pela imbricação entre biopolíticas e tecnologias da vida, três forças históricas pressionam nossa relação com o próprio corpo. A primeira é a capitalização: valer mais; incrementar as potências do corpo enquanto "capital humano", tanto herdado como adquirido. Isto implica, por exemplo, melhorar a dotação genética, bem como melhorar nossas capacidades através de uma boa educação. Aumentar nosso "valor" no mercado de trabalho, mas também no mercado afetivo e no merca-

1 **Nikolas Rose**: Nikolas Rose é professor de Sociologia e diretor do Departamento de Ciências Sociais, Saúde e Medicina do King's College de Londres. Rose é codiretor do Centro de Biologia Sintética e Inovação (CSynBI), uma importante colaboração de pesquisa entre o King's College e o Imperial College de Londres. Biólogo, psicólogo e sociólogo, Rose cofundou duas influentes revistas radicais nos anos 1970 e 1980, desempenhando um papel fundamental na introdução do pensamento crítico pós-estruturalista francês para o público anglófono e ajudou a desenvolver novas abordagens para a análise e a estratégia políticas. Publicou amplamente sobre vários campos e disciplinas, e sua obra foi traduzida para 13 idiomas. É ex-editor administrativo e coeditor-chefe da revista interdisciplinar *BioSocieties*. Seu último livro, escrito com Joelle Abi-Rached, intitula-se *Neuro: The New Brain Sciences and the Management of Life* (Princeton: University Press, 2013). É autor da entrevista, xxxx, nesta edução *Biopolítica e complexidade - Da cidadania biológica à ética somática* e apresenta a conferência *A biopolítica no século XXI: cidadania biológica e ética somática*, no dia 22-10-2014, às 9h, no Auditório Central da Unisinos. (Nota da **IHU On-Line**).

do do desejo. A segunda demanda é a estetização e a espetacularização: embelezar e estilizar o corpo, estetizar a imagem do eu, fazendo do próprio corpo uma imagem exibível, da qual o sujeito usuário-autor-proprietário possa sentir-se orgulhoso. E isto em função de mostrar-nos mais, tornar-nos mais visíveis para os outros. A terceira é a realização individual: sentir-nos bem, anímica e fisicamente. Potenciar e intensificar a vida: por um lado, a luta contra o envelhecimento e contra as enfermidades; pelo outro, um desfrute mais pleno dos sentidos. Estes três mandatos têm pontos de intersecção, porém não são idênticos e podem ser analisados separadamente. Os três, ademais, implicam uma moralização da relação consigo mesmo: nós nos subjetivamos enquanto sujeitos morais, na medida em que atuamos em relação com essas três demandas.

A pressão pela capitalização condensa um nó de problemas em relação com o corpo são e bem dotado, disposto a produzir e a produzir-se como um capital capaz de oferecer rendas futuras: rendas em felicidade, em desfrutamento, em bem-estar e em boa situação econômica. A pressão pela visibilidade assinala um nó problemático em torno à relação com os demais, onde o mostrar-se, aparecer em redes sociais, tornar-se uma "selfie" se constitui como objetivo de primeira ordem para demonstrar que se "é". Tal como explica a investigadora argentina Paula Sibilia[2] em seu livro *La intimidad como espectáculo* (Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008), hoje ser visto resulta ser um imperativo, porque, se não nos mostramos, se não nos veem, sentimos que corremos o risco de não ser. E, ao mostrar-nos, devemos estar "produzidos" (como se diz na Argentina): isto é, bem cuidados, arrumados, adornados de forma adequada. Finalmente, a pressão pela realização pessoal se refere à relação com o trato consigo mesmo como seres que sabemos tratarem com riscos – cuidamos de nosso corpo, nossa alimentação, nossas companhias, nossas horas de descanso –, mas que, ao mesmo tempo, não queremos "perder nada", devemos "provar, experimentar tudo". Estamos compelidos a desejar mais, obrigados a ser ou parecer felizes e exitosos, a mostrar-nos sempre triunfantes, com "atitude". "*Just do it*" é a atual fórmula do êxito, o qual implica um treinamento complexo, na combinação entre prudência asseguradora e descontrole controlado dos sentidos.

IHU On-Line – Em que sentido essas biotecnologias são uma expressão da biopolítica sobre a corporalidade dos sujeitos?

Flavia Costa – Para responder a esta pergunta devo fazer um rodeio. A noção de biopolítica, que Michel Foucault[3] descreveu particularmente entre 1974 e 1979, se refere à gestão da vida biológica da população por parte do Estado, e é um tópico central de sua descrição dos mecanismos de poder modernos. Dado que nunca publicou um livro sobre o tema, o que sabemos está desenvolvido através de cursos, artigos, conferências, entrevistas, a partir de cuja leitura podemos dizer, em termos um tanto esquemáticos, que Foucault apresenta quatro linhas de trabalho ou vias de acesso à questão.

A primeira é a que aparece na conferência *Nascimento da medicina social*, ditada no Rio de Janeiro em 1974, onde Foucault vincula o poder sobre a vida com o desenvolvimento, a partir do século XVIII, de uma medicina social e com o fenômeno da medicalização. Ali diz: "O controle da sociedade sobre os indivíduos não se operou simplesmente através da consciência ou da ideologia, senão que se exerceu no corpo e com o corpo. Para a sociedade capitalista, o mais importante era o biopolítico, o somático, o corporal. O corpo é uma realidade biopolítica, a medicina é uma estratégia biopolítica".

A segunda, no primeiro tomo de sua *História da sexualidade* (Rio de Janeiro: Graal, 1984), intitulado *A vontade de saber*, onde as noções de biopoder e biopolítica aparecem confrontadas com as modalidades e o funcionamento do poder soberano, através do peso diferente que têm nos regimes soberanos e nos biopolíticos, o direito de morte e o poder sobre a vida.

A terceira via é a que Foucault desenvolve no curso *É preciso defender a sociedade,* de 1976, no qual descreve o modo em que, num marco biopolítico, é possível e racional exercer o direito de morte, para o qual analisa a guerra de raças e o racismo biológico e de Estado. A quarta via é a que desenvolve nos cursos *Seguran-*

2 **Paula Sibilia:** Ensaísta e pesquisadora argentina residente no Rio de Janeiro, dedica-se ao estudo de diversos temas culturais contemporâneos sob a perspectiva genealógica, contemplando particularmente as relações entre corpos, subjetividades, tecnologias e manifestações midiáticas ou artísticas. Concedeu algumas entrevistas ao Instituto Humanitas Unisinos – IHU, entre elas "Sociedade do espetáculo: só é o que se vê", IHU On-Line 290, de 20-04-2009, disponível em http://bit.ly/1rmSTM8; *Ciências da vida redefinem a condição humana*. Edição número 259; e *Show do eu: a vitrine da própria personalidade*. Edição número 283, publicada em 24-11-2008. A pesquisadora já esteve no IHU proferindo a palestra *A tecnociência contemporânea e a ultrapassagem de limites: uma mutação antropológica?*, no dia 29-05-2008. (Nota da **IHU On-Line**).

3 **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica*, *As Palavras e as Coisas*, *A Arqueologia do Saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores, como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em várias edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em http://bit.ly/ihuon119; edição 203, de 06-11-2006, disponível em http://bit.ly/ihuon203; edição 364, de 06-06-2011, intitulada *'História da loucura' e o discurso racional em debate*, disponível em http://bit.ly/ihuon364; edição *343*, *O (des) governo biopolítico da vida humana*, de 13-09-2010, disponível em http://bit.ly/ihuon343, e edição 344, *Biopolitica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em http://bit.ly/ihuon344. Confira ainda a edição nº 13 dos **Cadernos IHU em Formação**, disponível em http://bit.ly/ihuem13, *Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética*. (Nota da **IHU On-Line**)

ça, território, população e *Nascimento da biopolítica*, de 1978 e 1979, nos quais a noção de biopolítica se vincula com o contexto de aparição do liberalismo como princípio de racionalização do exercício do governo, o que lhe permite descrever a governabilidade liberal e esboçar algumas características da neoliberalidade, então ainda emergente.

Dito isto, a leitura que estou propondo aqui tem a ver com a questão biopolítica, pelo menos em duas destas linhas de trabalho: a da medicalização e a da 'governamentalidade'. Por um lado, as biotecnologias aparecem num momento em que a "demanda infinita", inaugurada a partir da perspectiva ampliada do direito à saúde pode começar a ser canalizada por meio de tecnologias. Por outro lado, o eixo da governamentalidade, seria preciso dizer que, em termos gerais, a biopolítica contemporânea se orienta hoje por um modelo governamental-econômico que já não se apoia tanto numa axiomática para, a partir dela, desenhar um programa que organize e distribua ferreamente entre os viventes papéis, tarefas e objetivos, senão que produz condições de competência entre estes mesmos viventes.

O programa tendencialmente homogeneizador e disciplinar do welfarism[4] de inspiração keynesiana[5] vai deixando passagem – não são conflitos, nem em todos os lados do mesmo modo – ao programa "neoliberal", no qual cada habitante deve lutar por ganhar o seu direito a manter a vida numa tendência crescentemente diferenciadora. Serão as distinções de classe, de raça, de gênero, assim como as diferenças que cada indivíduo pode fazer valer em seu próprio corpo, as que vão permitir a cada um "ganhar" sua vida. Neste sentido se pode dizer que as biotecnologias, que sem dúvida constituem em muitos casos enormes conquistas em relação à possibilidade de resolver problemas candentes de grande quantidade de pessoas, famílias e grupos, funcionam também como apoio e como garantia na luta pela capitalização e otimização, num contexto, o das sociedades liberais avançadas, no qual as populações são interpeladas como conglomerados de indivíduos-empresa.

IHU On-Line – Qual é o espaço para o desenvolvimento da autonomia numa sociedade com essas características?

Flavia Costa – Esta pergunta, crucial, nos confronta com um dos paradoxos de nosso tempo. Na medida em que se promove a tecnificação e a medicalização da experiência corporal, não se pode não intervir. Claro que as pessoas já não se encontram, como na época disciplinar, com uma solução ou resposta generalizada e para todos. A governamentalidade contemporânea atua, como eu dizia há pouco, não tanto através de uma disciplina corretiva, permanente, normativa, senão mediante uma diversificação das possibilidades. A atual é, em boa medida, uma "biopolítica informacional", que substitui o controle corpo a corpo das disciplinas, com seus edifícios monumentais, a formação de agentes especializados, a manutenção de redes de recuperação de "casos difíceis", etc., por políticas de informação pública, de conscientização, de promoção de atitudes individuais preventivas, responsáveis e prudentes. Isto supõe uma gestão das desigualdades na base de uma premissa: os problemas, desejos e necessidades são universais, mas as respostas, soluções e alternativas podem ser personalizadas ou customizadas: se é livre para escolher mediante qual prática, dentro de um arco do disponível no mercado (onde o Estado é uma oferta a mais), se dará cumprimento aos "próprios" desejos e necessidades. Portanto, dá-se o paradoxo de sujeitos que, quanto mais aparentemente livres, mais são governados. Um paradoxo que se evidencia também num duplo imperativo: por um lado, o de gerir as próprias possibilidades, de incrementar o próprio capital humano para se oferecer o preço mais alto possível no mercado afetivo, libidinoso, social ou laboral. Por outro, o imperativo de gozar, de intensificar a experiência do próprio corpo e as próprias capacidades – ao preço, por suposto, do "desgaste", e, portanto, ao risco de perder o obtido.

Assim, se torna difícil a pergunta pela emancipação. Como ser livre, emancipado, numa sociedade onde o governo promove uma "liberdade" cada vez mais extrema, mais desinibida (ao preço do controle mais oneroso sobre os perigos que ameaçam essas liberdades)? Pois bem, há algumas luzes no fundo desse túnel. Uma a provê o próprio Foucault em seu texto *O sujeito e o poder*, onde assinala que a filosofia é um instrumento para novas lutas. Entre outras características, estas novas lutas, diz, questionam o estatuto do indivíduo, na medida em que afirmam o direito a ser diferentes e criticam toda medida que ate o indivíduo a uma identidade; não porque estão contra o indivíduo, senão porque se opõem ao que se pode denominar o "governo por individualização". E rechaçam "as abstrações, a violência exercida pelo Estado econômico e ideológico que ignora quem somos individualmente, e também rechaça a inquirição científica ou administrativa que determina nossa identidade".

Creio que isto dá uma pista para abordar a pergunta que me fazia recém. Assim como creio que, para o desenvolvimento da autonomia, é preciso reflexionar uma e outra vez sobre a questão do valor: o que é valioso nos diferentes âmbitos de nossa experiência (nas artes, no pensamento, nos afetos, na política, em nós mesmos), por que o é, com que elementos e através de que ações se realiza, se sustenta, se fecunda.

4 **Welfare State:** Expressão em inglês que significa "estado de bem-estar" e abrange as noções de Estado de bem-estar social e de políticas públicas, ou seja, o conjunto de benefícios sócio-econômicos que um governo proporciona aos seus súditos. (Nota do **IHU On-Line**)

5 **John Maynard Keynes** (1883-1946): economista e financista britânico. Sua *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro* (1936) é uma das obras mais importantes da economia. Esse livro transformou a teoria e a política econômicas, e ainda hoje serve de base à política econômica da maioria dos países não-comunistas. Confira o **Cadernos IHU Ideias** n. 37, *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes*, de Fernando Ferrari Filho, disponível em http://bit.ly/ihuid37. Leia, também, a edição 276 da Revista IHU On-Line, de 06-10-2008, intitulada *A crise financeira internacional. O retorno de Keynes*, disponível para download em http://bit.ly/ihuon276. (Nota da **IHU On-Line**)